

## PROJETO DE PUBLICAÇÕES SOBRE A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

**Allyson Pascoal de Araújo Rodrigues**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: allysonpascoal0712@gmail.com

**Álvaro Rodrigues Nogueira**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: alvarornogueira@outlook.com

**Amanda Vitória Chaves da Rocha**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: amanda.vitoria.chaves13@hotmail.com

**Antonio Rodrigo de Melo Mauricio Sousa**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: Rodrigomelo1107@gmail.com

**Carla Kênia Lima Silva**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: carlakenia.limasilva55@gmail.com

**Jefferson Cavalcante da Silva**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: jeffcavalcantesiva@gmail.com

**Jose Anthony Vinicius Alves Baia**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: joseanthonyqxb@gmail.com

**Kezia Mara Rabelo da Silva**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: keziarabelo90@gmail.com

**Maria Helena Gonçalves Pinheiro**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: mariahelenapinheiro176@gmail.com

**Henrique Max Alves de Oliveira**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: maxhenrique998@gmail.com

**Fabício Augusto Oliveira de Moura**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: augustofabricio276@gmail.com

**Pedro Victor Vieira Nogueira**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: pv9085327@gmail.com

**Pedro Rafael Malveira Deocleciano**

Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: pedrorafael@unicatolicaquixada.edu.br

**Ana Paula Maria Araújo Gomes**

Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: paulagomes@unicatolicaquixada.edu.br

### RESUMO

Nos últimos meses, desenvolvemos um projeto de publicações sobre a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), oficialmente conhecida como Lei 13.146/2015. Este projeto teve como objetivo principal

disseminar informações críticas e acessíveis sobre a LBI para uma ampla audiência, como nosso público-alvo sendo as pessoas com deficiência, familiares, profissionais da área de saúde, educação, estudantes de direito e o público em geral. As publicações foram recorrentes, em até 2 posts por semana, totalizando no período entre 26 de março e 20 de maio 10 publicações, sendo enviadas com foco no Instagram, no perfil do curso de Direito da Unicatólica, além de divulgação pelos perfis pessoais dos integrantes da equipe. A estruturação do projeto começou com uma fase de planejamento e divisão de funções entre os membros. Realizamos uma pesquisa inicial para entender as necessidades, as lacunas de conhecimento sobre a LBI e observar os principais pontos que deveriam ser disseminados. A partir disso, definimos um cronograma de publicações e melhores formatos para prender atenção do público geral. O conteúdo das publicações foi cuidadosamente elaborado para cobrir diversos aspectos da LBI. Alguns dos temas principais incluíram: direitos e deveres (explicações detalhadas sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como as obrigações de instituições públicas e privadas, como é devidamente expresso na lei); acessibilidade (foco em medidas práticas e legislativas para promover a acessibilidade em espaços públicos e privados); inclusão (informações sobre as políticas educacionais previstas na LBI, exemplos de boas práticas e incentivo a inclusão em outras áreas, como lazer e esportes, desmistificando as implicações criadas para essas práticas); conscientização (incentivo ao respeito e entendimento sobre a LBI, terminologia adequada para se referir as pessoas com deficiência e como promover a sua inclusão na sociedade). Através das publicações, conseguimos desmistificar muitos aspectos da lei que provavelmente são pouco compreendidos pelo público, objetivamente as publicações incentivam a navegar melhor pelos direitos e recursos disponíveis. Este projeto demonstrou o poder da informação e da comunicação inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão é uma peça fundamental para garantir os direitos das pessoas com deficiência, mas sua eficácia depende de uma compreensão ampla e correta de seus dispositivos. A iniciativa mostra que, com uma abordagem estratégica e colaborativa, é possível promover mudanças reais e positivas na sociedade, utilizando como base a legislação e mantendo a prática na realidade, logo que, além da conscientização, é essencial a imposição real da lei para que haja eficácia.

**Palavras-chave:** LBI. Publicações. Inclusão.